



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUARÁ  
CONTROLE INTERNO  
34.593.541/0001-92



PARECER DO CONTROLE INTERNO MUNICIPAL

Processo Administrativo Nº 7/2017-0004

Trata-se do Processo de Nº. 7/2017-0004, na modalidade **Dispensa de Licitação**, cujo objeto refere-se à Locação de **Imóvel situado na Rua 15 de Novembro, Nº 693, Bairro Fluminense** no município de Uruará - Pará, para ser utilizado no **funcionamento do Programa Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescente e Jovens de 15 a 17 anos (SCFV15/17)**.

Após análise minuciosa do processo acima referendado, contendo **01** volume e **55** paginas entregue ao Controle Interno do Município de Uruará, em **08 de março de 2017** para análise e emissão de parecer nos termos do artigo 24, X, da Lei nº 8.666, de 1993, e demais legislações correlatas e encontrando-se instruídos com os seguintes documentos:

EXECUÇÃO DA DESPESA	S	N	FOLHA	OBS.
1. Abertura de processo administrativo devidamente autuado, protocolado e numerado art. 38, <i>caput</i> , da Lei nº 8.666/93?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		Não tem numero de proc. Adm, Apenas nº do processo.
1.1. Há autorização da autoridade competente permitindo o início do processo de contratação (art. 38, <i>caput</i> , da Lei 8.666/93?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	17	
1.2. O Processo de contratação contém a indicação do recurso próprio para a despesa (art. 38, <i>caput</i> , da Lei 8.666/93?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	18	
1.2.1 Consta nos autos justificativa técnica para a escolha do imóvel, pontuando que as condições de instalação e localização determinaram a opção do imóvel, sendo o único apto a atender as necessidades da Administração Pública?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	004	TR autorizado
1.3. Na conformidade do que consta no inc. X do Art. 24, da Lei 8.666/93, o preço do imóvel está compatível com o valor praticado no mercado sobre a oferta de imóveis que enquadrem nas especificações na localidade, ou seja, foi realizada a pesquisa de preço do mercado.		<input checked="" type="checkbox"/>		
<b>2. FASE DE SELEÇÃO ESCOLHA</b>				
2.1. Foi providenciado antes da locação o laudo de avaliação prévia do imóvel escolhido, tal qual consta no art. 24, inc. X, da Lei nº 8.666/93?	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	16	
2.2. Consta cópia do registro de imóvel ou outro documento que comprove a propriedade ou justificativa pela não juntada do documento.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	23	
2.3. Consta anexado aos autos o TERMO DE VISTORIA expressa referência dos eventuais defeitos existentes, conforme exige o art. 22, inc. V da Lei do inquilinato nº 8245/1991.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>		

2.4. Foi anexada <b>Certidão Negativa de Débitos Municipais</b> .	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	27	
2.5. Foram anexadas <b>Certidão de Regularidade</b> , conforme exige o art. 29 da Lei 8.666/93	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	28/29	
2.6. Consta parecer da <b>Assessoria Jurídica</b> de acordo com o inc. VI, art. 38 da Lei nº 8.666/1993.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	33	
<b>3. VALIDAÇÃO / RATIFICAÇÃO</b>				
3.1. Foi <b>publicado Ato de Dispensa na imprensa oficial</b> , no prazo de 5 (cinco) dias em cumprimento ao que dispõe o Art. 26, caput, Lei 8.666/93	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	49/54	
3.2. Houver ratificação da <b>Dispensa pela autoridade competente</b> , no prazo de 3 (três) dias em cumprimento ao que dispõe o Art. 26, Caput, da Lei 8.666/93.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	37	
<b>4. CONTRATUALIZAÇÃO</b>				
4.1. <b>O Extrato do contrato</b> foi publicado no DOE e seu comprovante foi anexado ao processo Art. 61, § único da Lei 8.666/93	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	66 a 68	
4.2. Está anexado aos autos <b>Termo do contrato</b> de locação contendo as informações tipo: qualificação das partes, endereço do imóvel, prazo inicial e fina, valor da locação, responsabilidade dos tributos e encargos, conforme art. 55 da Lei 8.666/93.	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	66	

Ressalta-se que o Controle Interno articula informações com o objetivo de monitorar e sugerir, a fim de resguardar a administração pública, por meio de orientações preventivas nas áreas contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, verificando a legalidade, legitimidade, economicidade, moralidade e desempenho na gestão dos recursos e bens públicos, não adentrando na conveniência e oportunidade dos atos praticados no âmbito das Secretarias Municipais.

A dispensa de processo licitatório é exceção que foge à regra da licitação pela Administração Pública. Todavia, a própria legislação intitula taxativamente no art. 24 da Lei 8.666/93, os casos previstos em que a Administração pública pode contratar de forma direta.

Dessa forma, consoante o disposto no art. 24, inciso X da Lei 8.666/93, é dispensável a licitação:

*“X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia”.*

Em análise aos requisitos legais, observa-se que no presente caso, houve o atendimento ao previsto na legislação pátria, levando em consideração o Contrato firmado entre o Município de Uruará - **Fundo Municipal de Assistência Social e o Sr. CARLINDO COELHO DA SILVA**. Ressalta-se a realização do princípio do acesso à Justiça, garantido constitucionalmente.

Esclarecido que o imóvel, objeto desta locação, atende às necessidades do funcionamento do Programa **SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE**

**VÍNCULOS PARA ADOLESCENTES E JOVENS DE 15 A 17 ANOS( SCFV15/17)**, e que o imóvel localiza-se na área central do município e é de fácil acesso à população que necessitam destes serviços, conforme justificativa no **TR, item 3 do TR, aprovado pela Secretária(Pag. 017)**, E estando o imóvel a ser locado disponível, restam comprovados os requisitos estabelecidos no art. 24. Recomenda-se, todavia, que seja anexado aos autos o **TERMO DE VISTORIA** expressa referência dos eventuais defeitos existentes, conforme exige o art. 22, inc. V da Lei do inquilinato nº 8245/1991.

Importante ainda atentar-se para justificativa do preço cobrado, consoante art. 26, parágrafo único da Lei 8.666/93. Com relação ao preço acordado, resta comprovado, através do laudo avaliatório anexo, que o preço encontra-se compatível com o mercado imobiliário local. Sugere-se, contudo, que seja juntado o relatório fotográfico do imóvel.

Diante do atendimento aos preceitos legais, os autos do processo submetidos à análise encontram-se regularmente formalizados, em conformidade com o ordenamento jurídico aplicável, devendo ser consideradas as recomendações destacadas.

Assim, conclui-se, que, sanados os apontamentos no presente, que os requisitos impostos pela legislação de regência foram devidamente cumpridos no presente feito, estando certame apto a gerar despesa.

A opinião supra não elide nem respalda irregularidades não detectadas nos trabalhos desenvolvidos, nem isenta dos encaminhamentos administrativos e legais que o caso ensejar.

Uruará – Pará em 22 de março de 2.017.

ANTONIA ALVES DA SILVA LAZARINI  
Coordenadora do Controle Interno Municipal